

UM CAPITAL MILITANTE EM TRANSFORMAÇÃO? TENSÕES E AMBIGUIDADES NA MILITÂNCIA DO MOVIMENTO PASSE LIVRE

*Ernesto SEIDL**

RESUMO: O artigo discute um eventual processo de recomposição do espaço militante brasileiro a partir de transformações nas formas de conceber a militância política por uma parte dos atores em disputa – os grupos “autonomistas”. A partir da análise dos itinerários de diferentes gerações de militantes do Movimento Passe Livre de Florianópolis, procuramos refletir sobre o “ativismo juvenil” com base nas condições de legitimação desse tipo de organização no espaço político. As indicações sugerem: i) o peso de competências políticas acumuladas previamente pelos militantes mais antigos na esfera partidária da qual justamente procuram e precisam se distanciar no nível discursivo; ii) tensões entre as condições objetivas de formação de lideranças e de hierarquias internas e os princípios de existência e de legitimação dos movimentos verbalizados pelos agentes.

PALAVRAS-CHAVE: Militância. Engajamento. Movimento Passe livre. Ativismo juvenil.

Introdução

As formas de ativismo político que ganharam visibilidade em diferentes países nas últimas duas décadas procuraram, em sua maioria, afirmar-se no espaço político com base em princípios que confrontam mecanismos consagrados da políti-

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Sociologia e Ciência Política, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS). Pesquisador do CNPq. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – ernestoseidl@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1099-6206>.

ca ocidental¹. A crítica cerrada ao dito modelo tradicional de fazer política foi vocalizada pelos atores em termos de rechaço ao mesmo tempo a partidos, sindicatos e movimentos sociais clássicos – todos eles, segundo a crítica, organizações de traços burocráticos, calcadas na representação e na delegação política. Aos problemas da natureza hierárquica e dependente de lideranças daquelas instituições se adicionaria a inadequação dos esquemas ideológicos que têm orientado tais atores políticos, julgados ineficientes. Sobre os movimentos sociais em particular jogavam a pecha de reproduzir as estruturas e o *modus operandi* de sindicatos e partidos e, mais grave, de lhes serem subordinados.

Os protestos de 2013 no Brasil foram momento de grande plasticidade das disputas em torno da legitimação de formas de agir politicamente, de participar e intervir na esfera pública, isto é, em torno da “redefinição das boas formas do político” (SIMÉANT, 2003, p.165, tradução nossa)². As mobilizações de rua tiveram entre seus protagonistas grupos cujos discursos e ações ecoaram percepções correntes sobre a “crise da democracia representativa” e de “suas instituições” (ALONSO; MISCHÉ, 2017; TATAGIBA; GALVÃO, 2019) – a “novidade” vindo do uso do repertório autonomista” (ALONSO, 2017, p.49).

O contexto dramático das manifestações favoreceu a produção de explicações sobre a natureza dos grupos e justificativas para suas ações. Ao lado dos próprios atores, convocados a falar sobre si, jornalistas e analistas disputaram interpretações sobretudo em torno do sentido dos protestos e de seus efeitos práticos. Pelo lado acadêmico, essas modalidades de participação política e de ativismo – sobretudo as associadas à esquerda – têm sido estudadas com base em três dimensões principais: organizacionais, de projetos e de estratégias de mobilização (ALONSO; MISCHÉ, 2017; ALONSO, 2017).

Pontos de partida: sociologia das instituições e do engajamento militante

Tomando relativa distância das abordagens mencionadas de modo sumário³, neste artigo procuramos refletir sobre o “ativismo juvenil” a partir das condições

¹ Este trabalho integrou o projeto CAPES/PROCAD *Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)* e contou com apoio de bolsa de iniciação científica CAPES.

² No original: “Redéfinition des bonnes formes du politique”.

³ Caberia mencionar essa distância também em relação às abordagens consagradas sobre “movimentos sociais” identificadas no Brasil e na América Latina (GOIRAND, 2009, 2010; SILVA, 2010; SZWAKO; DOBWOR; ARAUJO, 2020). Indicador sugestivo, no recente e rico levantamento realizado por Szwako; Dobwor; Araujo (2020) da produção brasileira sobre movimentos sociais os termos “engajamento” e “militância” não têm nenhuma relevância entre as noções mobilizadas por estudiosos e estudiosas. Um

de afirmação de certos grupos no espaço político e, ao mesmo tempo, dos desafios que encontram em se manter ao longo do tempo. A questão central de trabalho aqui perseguida discute um eventual processo de recomposição do espaço militante brasileiro a partir de transformações nas formas de conceber a militância política por uma parte dos atores em disputa – os grupos “autonomistas”.

O viés de análise aqui adotado se apoia em duas perspectivas centrais. Em um nível mais geral, ancora-se em contribuições de uma sociologia política das instituições (LAGROYE; OFFERLÉ, 2010) que assume uma definição de instituição que favorece rupturas com vieses institucionalistas/oficialistas e estimula⁴, assim, tentativas de objetivação mais finas dos princípios de legitimação, das regras e papéis que de fato constroem grupos e organizações – os quais, inclusive, têm na recusa solene à ideia de instituição e de institucionalização um princípio de existência. A essa perspectiva se combina uma sociologia do engajamento militante (FILLIEULE; PUDAL, 2010; SAWICKI; SIMÉANT, 2011; PUDAL, 2011) atenta à relação entre as características sociais e competências políticas dos indivíduos e as modalidades concretas de atuação coletiva, sem descuidar de condicionantes mais gerais como as configurações específicas.

Esses pontos de partida sugerem, portanto, que à medida que grupos ou movimentos ditos autonomistas se perenizam, adquirem certas características de identidade e reúnem agentes sociais orientados em função de seus propósitos e formas de ação e organização, devem ser encarados analiticamente como instituições implicadas nas disputas do espaço político. Como em qualquer processo de constituição de uma instituição – formal ou não – trata-se de processo que envolve indivíduos com determinadas características sociais (idade, *background* social e cultural, experiências e percepções políticas) e cujo engajamento e investimento de sentido na “causa” dão existência ao grupo. Portanto, à atenção às lógicas de engajamento dos militantes deve-se combinar exame das condições de sua realização, as quais implicam a relação com regras, a incorporação e ajuste a certos papéis e, sem dúvida, a estruturação de escalas de prestígio e de reconhecimento interno.

Nessa linha de análise que procuramos assumir, o apelo à noção de **capital militante** também parece útil em especial. Isso por que, como indicam Matonti;

contraponto às abordagens *mainstream* pode ser encontrado em Oliveira (2013) e Silva; Ruskowski (2010).

⁴ Falar em instituição nessa perspectiva significa: a existência de um sistema de relações pautado por regras e não deixado ao acaso das recomposições e arranjos circunstanciais entre indivíduos; que as condutas dos membros sejam, pelo menos em parte, determinadas de forma durável por seu pertencimento ao grupo; que a preservação das regras e dos *savoir-faire* que lhes caracterizam seja uma questão importante aos envolvidos; que os mecanismos de enquadramento e de controle das práticas sejam de fato organizados. A forma assumida por esse sistema de relações é variável e pode se apresentar como um dispositivo ou um agrupamento e receber nomenclatura muito ampla (associação, empresa, rede, organização, cargo, ritual...). Cf. Lagroye; Offerlé (2010, esp. p.11-32). Para uma reflexão sobre essa abordagem nos estudos de elites, ver Seidl (2016).

Poupeau (2006, tradução nossa), trata-se de “insistir em uma dimensão do engajamento da qual o capital político não dá suficientemente conta”. Capital de função baseado na autoridade reconhecida por um grupo, o capital político está “ligado à representação coletiva que o grupo lhe atribui, ‘funda-se na crença’ e tem por princípio essencial ‘acumular o crédito e evitar o descrédito’”. O capital militante distingue-se do capital político, assim, ao tentar dar conta, mais precisamente, das “aprendizagens conferidas pela militância”, das “competências importadas do exterior” e daquelas que “se aprendem na prática”. Um capital militante que é adquirido “em boa medida, no campo político, e nele se valoriza, mas que também é reconvertido em outras esferas, em caso de *exit*”. Em síntese, menos “instável” que o capital político, o capital militante é definido como:

(...) incorporado sob forma de técnicas, de disposições a agir, intervir, ou simplesmente obedecer, (...) cobre um conjunto de saberes e de *savoir-faires* mobilizáveis em ações coletivas, lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, conversíveis em outros universos, portanto, suscetíveis de facilitar certas ‘reconversões’”. (MATONTI; POUPEAU, 2006, p.130, tradução nossa).

Acreditamos que essas formulações favorecem o refinamento de questões caras ao espaço da política como a socialização política e a politização individual, o engajamento e a militância, as condições de entrada, profissionalização realização de carreira na política, entre muitas outras.

A investigação mais ampla em que este trabalho se apoia teve por base a análise dos itinerários de militantes de dois movimentos ligados à causa do transporte coletivo em duas capitais do Brasil: o Movimento Não-Pago, de Aracaju-SE, e o Movimento Passe Livre (MPL), de Florianópolis-SC. As pesquisas foram conduzidas em diferentes momentos e em contextos políticos bastante diversos, apesar do pequeno lapso temporal de cerca de três anos. O trabalho em Aracaju-SE foi realizado sobretudo em 2013 e incluiu picos de protestos e de visibilização da “causa do transporte público”, do Não-Pago e de suas lideranças (SEIDL, 2014). Em Florianópolis-SC, a pesquisa⁵ teve início no primeiro semestre de 2016, em contexto político dominado pelo processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, por

⁵ O material utilizado na pesquisa está composto sobretudo por entrevistas e conversas com 12 militantes e ex-militantes do Movimento Passe Livre (MPL) realizadas entre 2016 e 2021, além de trechos de depoimentos e de material variado publicado em jornais, sites, vídeos, blogues e redes sociais. Foram também acompanhadas manifestações em Florianópolis-SC (2016 e 2017). O relatório de pesquisa “Experiência contemporânea da política entre jovens no sul do Brasil”, coordenado por Janice Tirelli Pontes de Sousa (2014), que inclui rico material sobre o MPL de Florianópolis-SC, forneceu informações importantes.

protestos “contra o Partido dos Trabalhadores (PT)” e “anticorrupção” e relativo refluxo de “causas” ligadas a grupos de “esquerda”⁶.

Algumas das principais indicações da pesquisa apontam o quanto o sucesso na organização daqueles dois grupos se deveria a competências políticas e a recursos acumulados previamente por parte de seus integrantes na esfera partidária e sindical, da qual justamente procuram e precisam se distanciar no nível discursivo. A pesquisa também permitiu capturar tensões entre as condições objetivas de formação de lideranças e de hierarquias internas e os princípios de existência e de legitimação dos movimentos verbalizados pelos agentes. Esse elemento se conecta com desafios encontrados pelos grupos na manutenção de seus quadros frente ao envelhecimento e aos ciclos da vida social que desfavorecem a longevidade dos engajamentos nesse tipo de movimento.

A discussão de fundo da reflexão aqui desenvolvida gira em torno das mutações ou recomposições do engajamento político, marcado em democracias centrais pela queda na crença e no engajamento em partidos e sindicatos em benefício de interesses militantes mais pontuais, específicos e instáveis (PERRINEAU, 1994, 1998; FILLIEULE, 2005). Nessa perspectiva, o campo partidário teria progressivamente se diferenciado do campo militante nos últimos 40 anos, com uma crescente rejeição do campo militante à lógica da busca de autoridade política legítima, proclamando uma lógica da “militância pela militância”, o que expressaria bem a ideia criação de “contrapoderes”⁷ (PÉCHU, 2001, p.77, tradução nossa).

No entanto, como alerta a autora, “esta hipótese não é equivalente à ideia de ‘novos movimentos sociais’ específicos por seus atores, reivindicações, valores e modos de ação”. Trata-se de “constatar a existência recente de numerosos movimentos, por um lado, autonomizados e opostos ao sistema partidário, e, de outro lado, funcionando como um conjunto específico”⁸ (PÉCHU, 2001, p.77, tradução nossa). Seria possível argumentar que esse processo de reconfiguração do espaço político – que parece ocorrer em diferentes sociedades – tem por característica uma diversificação e complexificação acentuadas no interior do polo associativo-sindical, com a proliferação de grupos que buscam se distinguir por contraste dos modelos inspirados em partidos e no sindicalismo, o que alguns acadêmicos chamam

⁶ O processo de impeachment de Dilma Rousseff foi iniciado em dezembro de 2015 e encerrado no final de agosto de 2016, com a cassação de seu mandato. O vice-presidente Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – que em 2017 voltou ao seu nome original Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – assumiu a presidência da República. O período foi de intensas mobilizações, a favor e contra o impeachment, e também contra o governo Temer.

⁷ No original: “militantisme pour le militantisme”, “contre-pouvoirs”.

⁸ Cette hypothèse n’est pas équivalente à l’idée de “nouveaux mouvements sociaux” spécifiques par leurs acteurs, revendications, valeurs et modes d’action”. “Relever l’existence récente de nombreux mouvements, d’une part, autonomisés et opposés au système partisan, et, d’autre part, fonctionnant comme un ensemble spécifique”.

“novíssimos movimentos sociais”⁹ (DAY, 2005; AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016; GOHN, 2017).

Por outro lado, não são poucas as evidências disponíveis de que a proliferação de entidades associativas ligadas a “causas” diversas e responsáveis por novas formas de pensar, falar e agir politicamente no Brasil não excluiriam a manutenção de vínculos de seus militantes com partidos políticos e sindicatos (CORADINI, 2001, 2007, 2009, 2012; GAGLIETTI, 2003; OLIVEIRA, 2005; SILVA; OLIVEIRA, 2011; PALUDO, 2017; SEIDL, 2009, 2014, 2018a, 2018b; ROCCA RIVAROLA, 2015, 2017). Bastante sugestivos, os resultados da pesquisa de Coradini (2009) com participantes e promotores do 5º Fórum Social Mundial em Porto Alegre-RS, em 2005, registram que 81,6% dos indivíduos que participavam de algum movimento ou organização social eram filiados a partidos. Desses, a maioria pertencia a sindicatos e associações de classe (25,7%) e Organizações Não Governamentais (ONGs) (20,0%) também destacam a alta relação entre pertencimento associativo e política partidária.

As reflexões que estiveram na base desse trabalho foram orientadas muito menos pelo interesse no tipo de “causa” defendida pelos grupos – “o transporte público”, “a mobilidade urbana”, “a tarifa zero” – do que na condição de “jovens” e “estudantes” de seus integrantes e, sobretudo, pelo sucesso na afirmação como atores coletivos em ciclos de mobilizações. Informadas por uma abordagem processual do engajamento militante (FILLIEULE, 2001, 2009; FILLIEULE; MAYER, 2001), as questões de interesse recaíam sobre os espaços e processos de politização (LAGROYE, 2017) das lideranças dos grupos, sobre as relações da militância com as demais esferas de vida, as lógicas dos investimentos na militância, suas formas de retribuição e as flutuações do engajamento (FILLEULE, 2005).

Como esboçado de modo ainda precário nos resultados iniciais (SEIDL, 2014), o exame dos itinerários individuais de parte das lideranças do movimento Não Pago, em Aracaju-SE, e a reconstituição de sua formação sugeria boas pistas sobre um possível processo de reconfiguração da esfera política. Este processo seria perceptível em especial na tensão entre o polo partidário e o polo associativo (partidos x associações), mas também no interior do polo associativo (movimentos sociais “tradicionais”, sindicatos x “coletivos”, “movimentos autonomistas”).

Dito de outro modo, chamava a atenção o peso que experiências prévias e vínculos acumulados pelas lideranças militantes com partidos e sindicatos tinha no reconhecimento de suas competências como figuras-chave. Só que aquilo que estava na base desse reconhecimento – ou capital simbólico – e lhes conferia autoridade também constituía, em parte, fonte de ambiguidades e tensões. A nosso ver, isso ocorreu porque os princípios de legitimação do espaço militante ao qual

⁹ Vale lembrar o alerta de Sawicki; Siméant (2011, p.206, tradução nossa), para quem “privilegiar o estudo de formas de militância apresentadas como ‘novas’ acaba contribuindo para uma indistinção entre novidade temática e novidade dos militantes”. (IDEM COMENTÁRIO ANTERIOR)

o grupo se afilia passaram a se pautar com intensidade crescente em noções como “apartidarismo”, “autonomia” e “horizontalidade” – critérios, em tese, de difícil compatibilização com uma militância, disposições e habilidades ligadas ao espaço partidário. A continuidade dada à investigação junto ao MPL em Florianópolis-SC permitiu aprofundamento dessas pistas, conforme tentaremos demonstrar.

O Movimento Passe Livre (MPL) (e também o Não Pago) surge numa configuração política mais ampla que emerge entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, parte de uma geopolítica da indignação global (GLASIUS, PLEYERS, 2013; BRINGEL; DOMINGUES, 2015; BRINGEL, 2017). Marcada pela afirmação de formas de organização política e de ativismo em escala internacional – vocalizada por noções como “antiglobalização”, “altermundialismo”, “anticapitalismo” (GOHN; BRINGEL, 2012; AGRIKOLIANSKY; FILLIEULE; MAYER, 2005; DELLA PORTA; TARROW, 2005; BRINGEL; PLEYERS, 2015 – e a valorização de novas “causas”, estruturas de organização, repertórios de ação e vocabulários (CEFAÏ, 2005; GOHN; BRINGEL, 2012), teve nas primeiras edições do Fórum Social Mundial importante base de aglutinação.

Coletivo é a nomenclatura dominante na (auto)definição dessas modalidades de organização e ação que se apresentam como novas no espaço político global¹⁰. Entre as principais características dos denominados coletivos é ressaltado seu caráter “informal”, “pontual” e “fluido” e a (auto) organização em diferentes formatos “horizontais” (VOMMARO, 2015). Se estes aspectos parecem consensuais, o tipo de “projeto”, a orientação ideológica e as concepções de estratégia e extensão dos objetivos constituem, no entanto, matéria de embates internos aos grupos e também na literatura acadêmica engajada, como a produzida pelo canadense Richard J. F. Day (2005).

Condições de investimentos na “causa do transporte” em Florianópolis

Caracterizado como “movimento de jovens” ou “da juventude”, o Movimento Passe Livre (MPL) constituiu-se como grupo em torno da “questão do transporte público” a partir de uma condição, antes de tudo, “estudantil”. E embora o discurso do movimento se dirigisse a todos os usuários do transporte público – “estudantes”, “trabalhadores”, “povo” – e fosse atravessado por um recorte “classista”, seu apelo mais direto se voltava “aos estudantes”. São de fato sobretudo estudantes universitários de instituições públicas que formaram a base dos militantes daquele

¹⁰ A disputa pela definição legítima do fenômeno no âmbito acadêmico ainda parece longe de uma estabilização e, a nosso ver, recomenda, além de muita prudência frente a adesões voluntaristas a certas posições e taxonomias, um investimento cuidadoso em pesquisas empíricas. No Brasil, os trabalhos de Perez (2019) e Perez; Souza (2020) vão nessa direção.

movimento, com presença reduzida e menor protagonismo de secundaristas de escolas públicas. A esse grupo somava-se uma rede variável de apoiadores e de participantes eventuais de reuniões e manifestações, também basicamente estudantes de ensino médio e superior. Embora seja muito difícil estimar com alguma precisão, o núcleo mais ativo e permanente do grupo – composto por aqueles indivíduos com presença frequente nas reuniões fechadas e participação nas comissões internas – ao longo do tempo giraria entre 10 e 20 pessoas.

Uma alta flutuação tanto em frequência quanto em intensidade de participação dos indivíduos em atividades mais constantes dos grupos é traço desse movimento. Muitos teriam participação intensa por um ou dois anos antes de se afastar por completo ou reduzir relativamente seu envolvimento, característica nada incomum entre as modalidades de engajamento estudantil ou juvenil, marcadas por instabilidade de interesses e de disponibilidade próprias a um período crítico de transição para a vida adulta (FILLIEULE, 2001, 2005).

Mas esse aspecto também está relacionado à inserção simultânea dos indivíduos estudados – em especial aqueles que se engajaram mais recentemente – em diferentes espaços de participação como o “movimento estudantil”, partidos políticos e outros diversos grupos também denominados coletivos e dedicados a “causas” específicas (“feminismo”, “anarcopunk”, “mídia”, “moradia”, “combate ao racismo”)¹¹ e afeitas a diferentes lógicas de identificação. A impossibilidade de manter uma participação constante em diferentes grupos e causas ao mesmo tempo – com diferentes graus de retribuição individual – e, além disso, conjugar os engajamentos com estudos e/ou trabalho, é apontado pelos militantes e ex-militantes entrevistados como fator recorrente de retração da militância ou afastamento completo na “causa do transporte”¹². Evidentemente, o envelhecimento biológico é outro complicador em engajamentos identificados com a “juventude”, e no caso estudado, a diminuição da intensidade ou retração total da participação se situa invariavelmente em torno dos 30 anos de idade.

Em contrapartida, a manutenção duradoura do engajamento em alta intensidade e centrado em apenas uma “causa” é mais frequente entre aqueles indivíduos que se firmariam como lideranças. Para estes poucos, os investimentos elevados em termos de tempo e energia representaram um acúmulo gradual de autoridade e

¹¹ Entre eles os “coletivos jornalísticos” Centro de Mídia Independente (CMI) e UFSC à Esquerda, o “coletivo acadêmico” Resistir para Permanecer, o “coletivo por moradia” Ocupação Contestado e as Brigadas Populares (estas definidas como “socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista, anti-punitivista e nacionalista-revolucionária”). Sobre os discursos de diferentes “coletivos universitários”, consultar Perez; Souza (2020).

¹² Destacamos a abordagem de Fillieule (2005) e de Passy (2005), entre outros estudiosos que procuram dar conta das variações do engajamento e do processo de desengajamento. Para eles, a esfera do engajamento precisa sempre ser tomada numa relação com as demais esferas da vida social (como a sentimental, a familiar e a laboral, sobretudo) e seus diferentes ciclos inscritos no tempo (biográfico e social).

prestígio que, via de regra, apenas a permanência e a constância do investimento individual no grupo podem assegurar. As retribuições fornecidas a esses militantes pelo reconhecimento coletivo de seus investimentos (verbalizados em expressões de “dedicação”, “doação”) e sua afirmação como figuras de destaque tendem, por sua vez, a redundar no reforço de seus engajamentos¹³, favorecendo assim sua continuidade e realimentando o processo (GAXIE, 2005).

Como indicado mais acima, as experiências políticas dos fundadores do MPL antes da criação do grupo como tal incluem a inserção ativa em diferentes espaços de militância, com destaque a partidos políticos, mas também movimentos estudantis e “coletivos”. É nessa condição que integraram movimentos mais amplos dedicados à “causa do transporte público e da mobilidade urbana”, como a Frente de Luta pelo Transporte Público e a Campanha pelo Passe Livre. Reunindo atores tão variados quanto sindicatos (de trabalhadores e empresas do setor de transporte, de servidores públicos), centrais sindicais (Conlutas), diretórios acadêmicos, partidos políticos e coletivos juvenis os mais variados, compunham redes mais extensas que a dos “estudantes” e com diferentes graus de organização e atuação¹⁴.

A natureza dos vínculos e uma formação precoce em um partido são expressivos entre os jovens militantes que criaram o Passe Livre em Florianópolis-SC no início dos anos 2000. A participação intensa em uma organização política juvenil ligada ao PT (Juventude Revolução) constitui – como será visto – dado decisivo das características do engajamento e da militância daqueles indivíduos que marcam a “primeira geração” de lideranças do MPL.

Isto é, sua familiarização com o universo da política se dá na adolescência e é emoldurada por experiências clássicas de formação institucional de quadros juvenis de partidos revolucionários, “estruturas que promovem ou promoveram dispositivos formais de difusão de saberes e de *savoir-faire*”, envolvendo “um trabalho pedagógico de transmissão e de trocas¹⁵” (WILLEMEZ, 2013 p.9, tradução nossa). Pautam-se pela ascendência de dirigentes adultos, pela definição de papéis claros, disciplina, reuniões semanais, discussão de leituras indicadas¹⁶ e de temas,

¹³ Sobre os efeitos da retribuição da manutenção do engajamento e da condição de líder em diferentes contextos de militância tão distintos quanto uma pastoral de mulheres católicas e um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), consultar Anjos (2008) e Coradini (2009).

¹⁴ De modo semelhante ao constatado por Mische (1997) nos protestos dos “caras pintadas” nos anos 1990, nota-se a existência de “pontes entre as redes densas dos militantes” de grupos centrados em questões específicas, como o Passe Livre e o Não Pago, com outras “redes juvenis” mais dispersas. Esse elemento contribuiria “tanto para a mobilização da ação coletiva, quanto para as interpretações subsequentes dessa ação no debate público” (MISCHE, 1997, p.149, tradução nossa). (IDEM COMENTÁRIO ANTERIOR)

¹⁵ No original: «des structures qui promeuvent (ou ont promu) des dispositifs formels de diffusion de savoirs et de savoir-faire (...), un travail pédagogique de transmission et d'échanges».

¹⁶ Sobre as formas de treinamento e as diferentes experiências de formação política de quatro gerações de militantes durante os governos Kircher (Argentina, 2003-2015) e Lula (Brasil, 2003-2016), consultar o trabalho de Rocca Rivarola (2021).

atribuição de tarefas ou “missões” aos membros¹⁷. São perceptíveis no treinamento adquirido no trabalho de mobilização e recrutamento estudantil, em atividades propaganda e divulgação da “causa” em escolas, cujo exercício integra um tipo de *savoir faire* militante dificilmente obtível fora de contextos de interações sociais diretas.

Assim, aquilo que é considerado uma marca da formação militante desse “grupo gênese” (SOUSA, 2014), adquirida no seio da Juventude Revolução, pode ser percebido tanto em termos de investimento na militância subsequente quanto de concepções da política, de formas de significar as “causas”, sua dimensão e as modalidades de compromisso, entre outros aspectos. Representa uma diferença em relação a uma parcela de outros militantes permanentes e ativos do grupo que também tinham alguma experiência partidária ou em grupos “anarquistas”/“libertários” mas, principalmente, em relação àqueles que se engajaram ativamente a partir do final dos anos 2000. Em grande medida, essas diferenças estarão na base de divergências que crescerão à medida que o MPL ganhará visibilidade em Florianópolis-SC e em outras capitais, com o reconhecimento do protagonismo do grupo catarinense como fundador do movimento.

Semelhante ao constatado no caso do Não Pago em Aracaju-SE (SEIDL, 2014, 2018b), também no MPL alguns militantes se afastaram de outros grupos que integravam. A criação do MPL é por eles justificada pela “necessidade” de “autonomia” e “independência” em relação aos partidos políticos, cujos militantes buscariam, segundo relatam, “ser representantes dos partidos”, fazer da campanha uma “correia de transmissão dos propósitos e bandeiras do partido”.

Como no caso de outros grupos ditos autonomistas, esta narrativa aparece como elemento-força nas interpretações sobre a gênese dos grupos e é, sem dúvida, central entre suas estratégias de legitimação. Ao lado desse ponto, a valorização de “ações diretas”, a oferta de intervenções concretas aos participantes (passeatas, bloqueios, “catrações”), com objetivos e realizações palpáveis (evitar um aumento, congelar ou baixar a tarifa, por exemplo), forma umas principais bases de afirmação do movimento e forte atrativo ao recrutamento de militantes e de apoiadores.

¹⁷ Os trabalhos de Bernard Pudal (1989, 2003) sobre as características e transformações do modelo de militância no Partido Comunista francês são referência incontornável. Ver também a tese de Nathalie Éthuin (2003) sobre os estudos e formação dos militantes do PCF, e ainda o trabalho de Sawicki (1997) sobre lideranças do Partido Socialista Francês.

Competências militantes e “construção da causa”: o Passe Livre de Florianópolis

O trabalho político inicial de “construção da causa” e de um grupo que a vocalizará é creditado em especial a um pequeno grupo de jovens ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Entre eles, dois jovens nascidos no início dos anos 1980 e criados em São Paulo-SP e com itinerários políticos similares. Ambos eram “membros nacionais” da Juventude Revolução e teriam se mudado para Florianópolis-SC com a “obrigação de organizar a juventude” na cidade. Antes de irem para Santa Catarina, no entanto, já contavam com experiências em movimentos estudantis secundaristas em São Paulo-SP e no Rio de Janeiro-RJ (“cara-pintada”). Um deles afirma ter participado de “campanhas pelo passe livre” em duas cidades do interior paulista. Em Florianópolis-SC, seriam alunos dos cursos de história e de química na universidade estadual e na federal.

Oriundos de famílias de “militantes de esquerda”, o engajamento militante de ambos se dá na adolescência com a entrada na Juventude Revolução (JR), organização ligada à corrente *O Trabalho* do (PT), definida por muitos ex-integrantes do MPL e da JR como uma “seita”¹⁸. Atuando sob orientação dos dirigentes partidários junto aos grêmios estudantis de escolas públicas em Florianópolis-SC, a JR teve papel chave na construção da “causa” do passe livre estudantil na cidade e liderou um conjunto de ações a partir do início dos anos 2000. Entre essas ações se destacam a promoção de debates em escolas, a organização de manifestações de diferentes proporções e de abaixo-assinados pelo “passe livre”, a panfletagem em terminais de ônibus. Uma das tarefas de mobilização dos estudantes mais destacadas pelos ex-militantes da JR era a exibição do documentário *Revolta do Buzu*, de Carlos Pronzato (2003), que registra manifestações contra a elevação da tarifa de ônibus em Salvador em 2003¹⁹.

Entre 2004 e 2005 as mobilizações ganhariam outra dimensão e também a “campanha” ou “movimento” pelo “passe livre” assumiria feição distinta em Florianópolis-SC e em outras grandes cidades do Brasil. A narrativa desse processo de mobilização em torno da “causa”, num primeiro momento, e, em seguida, de criação do MPL como tal, é apresentada em duas fases. Em primeiro lugar, uma “ruptura” das lideranças do movimento com a JR, seu afastamento formal do PT e a imediata formação da Juventude Revolução Independente (JRI) pelo núcleo de militantes da “campanha pelo passe livre”, caracterizada como “revolucionária”,

¹⁸ Sobre os processos de politização precoce de militantes do PT no Rio Grande do Sul e no Recife e as relações simultâneas com outros movimentos (estudantil, religioso) consultar Gaglietti (2003) e Goirand (2019).

¹⁹ O vídeo teria também sido usado por outros “comitês pelo passe livre” em diversas outras cidades e servido de material para debate e inspiração.

“apartidária”, “autonomista” e “libertária” (LIBERATO, 2006). Esse grupo da JRI se confundiria com o grupo de militantes ativos e permanentes que formarão o MPL. Com “muito tempo livre” pela condição estudantil, como relembram vários deles, a atuação intensa do grupo alcançaria novo patamar de resultados a partir de 2004.

Em 2002 eu era filiado ao PT; em 2002 eu me desfiliei. Em 2003 eu fui expulso da JR, eu fui expulso da JR porque eu ajudei a desenvolver uma tese de que a JR não era uma organização independente, era uma organização de juventude da corrente O Trabalho, que é uma corrente interna do PT. Eu acho que isso não tem nada demais, na verdade, né (risos)? Mas isso não foi bem aceito. A discussão foi pra um caminho que eles encontraram a forma de resolver me expulsando. E nesse período que eu saí da JR, que eu fui saído, nós montamos uma organização que chamava Juventude Revolução Independente, que aí de fato era uma Juventude Revolução que não tinha uma relação orgânica com nenhum outro grupo. E essa JRI que tocava o MPL pelo MPL, a campanha pelo Passe Livre” (Pedro, integrante do grupo fundador).

A realização de protestos contra o aumento da tarifa municipal com milhares de participantes, a ocupação e bloqueio estratégico das pontes que davam acesso à cidade, o confronto policial e a prisão de “lideranças” compõem o primeiro grande momento histórico do “movimento” em Florianópolis-SC. Nomeada como Revolta da Catraca, a série de protestos em 2004 e em 2005 elevou a questão a outro nível no espaço político-midiático²⁰. O evento teve grande impacto na visibilização da causa e do potencial de ação do movimento, inscrevendo-o numa história de lutas pela “causa do transporte público” (OLIVEIRA; SANTOS, 2017) no país, ao lado da *Revolta do Buzu* (2003).

Teve também efeitos biográficos e políticos marcantes em suas lideranças. A prisão e abertura de processo contra “líderes das manifestações”, sua exposição na mídia na qualidade de “lideranças dos protestos” e do “movimento” redefiniram não apenas suas condições mais imediatas de existência²¹ (exposição na mídia, ser reconhecido em público, sofrer ameaças e ser perseguido, responder a processos e ser julgado), mas também seu status militante e político. Ou seja, uma elevação no reconhecimento do movimento foi acompanhada da afirmação de figuras

²⁰ A consulta aos principais jornais e vídeos da época revelam grande repercussão na imprensa comercial. O ângulo predominante nas coberturas reflete perspectiva negativa aos protestos e do “fenômeno”, com destaque aos “transtornos” causados pelas manifestações e às prisões das “lideranças”. Sobre os efeitos do trabalho de construção de representação da vida política pela grande mídia, ver Champagne (1998).

²¹ As consequências biográficas da militância no MPL e em outros movimentos semelhantes serão objeto de trabalho futuro. Essa perspectiva se apoia sobretudo nos trabalhos de McAdam (1989) e Pagis (2011).

protagonistas sobre as quais aumentavam expectativas em relação ao grupo e à “causa”.

A Revolta da Catraca projetou assim a “causa” e suas lideranças e impulsionou uma rede já existente de “movimentos” e “coletivos” com atuação em muitas cidades. Poucas semanas após as manifestações, uma “tentativa de reunião nacional” com membros de “movimentos pelo passe livre” de alguns outros estados aconteceu num camping em Florianópolis-SC. A criação oficial do MPL se deu pouco mais tarde, em encontro organizado pelo grupo de Florianópolis-SC durante o 5º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre-RS em janeiro de 2005²². O documento com os princípios do MPL foi lido na plenária final ao microfone por Pedro, consolidando seu papel de liderança e “fundador nacional do movimento”, posição que mais tarde seria objeto de polêmicas.

Reinvestimentos em uma militância “autônoma e independente”

A ruptura com o importante vínculo partidário com o PT mantido pelos integrantes da JRI é de fato realçado de forma recorrente nas narrativas endógenas sobre a gênese do MPL. Ela aparece como critério de afirmação das biografias militantes e, mais importante, de legitimação do grupo e do “movimento”, sendo interpretado como decisivo para o sucesso do empreendimento militante. Este momento poderia ser tomado como primeiro “evento fundador” do grupo que criará o Passe Livre e marcaria simbolicamente a definição de parte importante de sua identidade, a qual ganhará novos elementos pouco mais tarde. Membro da JR aos 15 anos e autodefinido como “ortodoxo” à época da ruptura coletiva, Milton relembra o processo nos seguintes termos:

Com a JRI foi adotada uma aversão a partidos e às entidades estudantis, principalmente PT e PCdoB, UNE e UBES, em especial a UJS - considerados governistas, burocratas e até mesmo traidores. A partir disso começamos a nos aproximar dos grupos que não orbitavam os partidos e entidades estudantis, principalmente autonomistas, libertários, anarquistas etc. Me lembro que, durante as manifestações contra o aumento da tarifa, em 2003, brigávamos feio com os militantes de PCdoB/UJS, considerados como oportunistas e sujeitos. Também tínhamos nossas desavenças com o PSTU, mas não chegavam nem perto da

²² Caberia retomar as indicações de Coradini (2009) sobre a altíssima taxa de filiação dos participantes e promotores do 5º Fórum Social Mundial. A reunião de “jovens” que fundou o MPL ocorreu no espaço *Caracol Intergalático: lutas globais, novas formas de ativismo e ação direta*, um dos Centros de Ação do Acampamento Intercontinental da Juventude.

inimizade que tínhamos com UJS/PCdoB. Depois das manifestações de 2003, PCdoB/UJS começaram a “namorar” o Pedro.

À primeira vista, a rejeição parcial a um engajamento político generalista em um partido daria lugar a um engajamento específico voltado para objetivos mais pontuais. Como no caso do Não Pago, em Florianópolis-SC a “questão do passe livre” e do “transporte público” foi objeto de reinvestimentos de alguns poucos militantes que, na condição de jovens estudantes universitários, atualizavam suas disposições políticas ao incorporar um repertório específico de questões sobre o qual viriam a acumular autoridade e notabilidade.

As experiências prévias desses militantes foram sendo mobilizadas e incrementadas à medida que o engajamento na “campanha pelo passe livre” concentrava seus interesses de atuação, o que significava também o acúmulo de expertise sobre a temática mais específica. Para além das habilidades mais práticas do universo político estudantil, como a desinibição e a exposição de si, os contatos e interações diretos, a redação e distribuição de panfletos, a concepção de cartazes e o domínio de recursos de linguagem e de oratória, é preciso destacar sobretudo a capacidade de oferecer representações sobre o grupo no contexto em questão. Isto é, a capacidade de jovens vinculados ou recentemente desligados de partidos construir um discurso político que procura sua eficiência no questionamento dos princípios do jogo político associados aos partidos, demarcando, assim, as fronteiras do grupo e sua posição no espaço político como novidade.

*Um capital militante em transformação?
Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre*

Quadro 1: algumas características dos militantes

Nome	Nasc./ Região	Experiências políticas pré-MPL	Período Militância MPL	Escolarização	Observações
Pedro	1981, Norte	Adolescência; Mov. secundarista; JR/PT; JRI	Fundação-2013, flutuações	História	“Fundador” do MPL; publicou sobre “protestos 2013”; casou-se com militante MPL
Lúcio	1974, Sudeste	Final adolescência; Anarquismo; banda punk	2005-2007	Química; Doutor Sociologia Política	Produziu registros sobre o MPL; acompanhou o movimento
Milton	1984, SC	Adolescência; JR/PT/ JRI	Fundação-2006	Mestre Direito	Deixou MPL em 2016; filiado ao PT
Jacques	1985, Centro- Oeste	Grêmio escola priv.;	2005-2010	História; Mestrado	
Iuri	1986, Sudeste	Grêmio escola públ./ manifestações “anarquistas”/MPL outro estado	2007-2016	Geografia/ Mestrado	“Coletivo anarquista”
Petra	1988, Sudeste	Grêmio colégio federal;	2005-2012	Filosofia/ Mestrado	Assessoria MST
Marta	1989, Sudeste	“Igreja”; Mov. secundarista; mov. “pelo transporte”	2013-2016	Design	DCE federal; “coletivos jornalístico e feminista”; filiação PSOL
Mário	1989, Sul	DCE univ. federal;	2012-2016	Pedagogia	Filiação PSOL (2017); Assessoria PSOL
José	1992, SC	Centro acadêmico;	2010-2013	Biologia	Movimento anarquista, coletivo, ocupação
Letícia	1994, Sudeste	Mov. secundarista; MPL outro estado	2014-2016	Design	DCE federal; “coletivos jornalístico e feminista”

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos.

Todos são líderes?

Exigente em termos intelectuais, tal habilidade é reveladora de recursos culturais adquiridos em parte nas diversas experiências prévias e atualizados nos novos contextos. Para os casos aqui estudados – mas também para os de muitos outros “coletivos” ou “movimentos” similares –, as condições de constituição e afirmação do “grupo” requerem de seus integrantes um manejo discursivo dirigido a diferentes indivíduos e atores, um discurso que busca, enfim, conferir uma “identidade” ao grupo. De um lado, aqueles de cujo apoio o movimento depende

mais diretamente: os “estudantes”, sem dúvida, mas também potenciais militantes e apoiadores eventuais, em especial indivíduos engajados em outras causas e disponíveis para colaborar em alguma medida com um movimento orientado por “princípios autonomistas”²³; de outro lado, os principais atores do polo partidário – os “partidos de esquerda”, dos quais o movimento pretendia se demarcar e se defender das tentativas de “aparelhamento” ou subordinação, além de instituições e estruturas do Estado.

A familiaridade com um vocabulário político amplo aparece em muitos registros que não caberia aqui recuperar mais detidamente. Chamaríamos apenas atenção para o domínio e uso corrente de categorias de classificação nas disputas políticas utilizadas pelas lideranças militantes para definir o espaço político e diferentes atores e, inclusive, situar suas próprias biografias: “trotskista”, “trotskista-leninista”, “maoísta”, “esquerda marxista”, “anarquista”, “socialista”, “autônomo”, “independente”; e uma miríade de expressões que integram jargão clássico de indivíduos socializados em partidos e agrupamentos de esquerda, como “defender”, “desenvolver” ou “sustentar” uma “tese”, “chamar uma plenária”, “discutir em plenária”, “levar a pauta para o grupo”, “construir a causa” ou “o movimento”, “defender uma bandeira”, “aparelhamento”, “fazer uma crítica”.

Quadro 2: “um craque” da militância e a “questão geracional”

Definido por vários de seus contemporâneos de militância em termos de “um craque”, “fora de série”, “líder histórico”, Pedro vem de uma família com longa história na política e atribui sua habilidade em parte a esse pertencimento. Filho de jornalistas ligados a correntes distintas do Partido dos Trabalhadores, entrou na JR na adolescência em São Paulo e permaneceu filiado ao PT até pouco anos antes de compor o grupo que formaria o MPL em Florianópolis. Segundo ele, militou de “forma intensa e de certa forma até irracional até 2013, 2014”. Demonstrando muita reflexão e controle sobre sua biografia e sobre uma narrativa sobre o movimento, diz que em “2009, 2010” teve um “desligamento” que lhe parece ser “geracional”. Isso “porque eu fiz um esforço pra tentar compreender essa discussão como uma coisa mais ampla, que não fosse uma discussão dos estudantes (...), pra tentar compreender essa bandeira dentro de algo mais amplo. Mas depois de um tempo, percebi que existe uma limitação teórica, que eu acho que não é o caso de desenvolver tá, porque eu não pretendo fazer uma crítica ao MPL”. Afastado da liderança do movimento, em 2013 Pedro trabalhava como assessor de uma deputada estadual de um partido de esquerda quando teria sido chamado para ajudar no período dos protestos de junho. Naquele momento voltou a ter projeção, deu muitas entrevistas e assumiu postura de intérprete do “momento histórico” e do “movimento” em nível nacional.

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos e miscelânea.

²³ Esse foi em especial o caso do Centro de Mídia Independente (CMI) e de diversos militantes anarquistas que apoiaram o MPL e tiveram papel importante.

A cristalização de lideranças militantes do grupo guarda relação direta com a posse desses recursos militantes, parte deles aprendidos ou aperfeiçoados ao longo de uma militância específica (WILLEMEZ, 2013), como planejar manifestações e traçar itinerários de protestos, liderar marchas e bloqueios de rua, negociar com a polícia, falar para multidões, usar megafone, conduzir jograis²⁴, encaminhar propostas, lidar com votações, produzir sínteses. Como mencionado, as condições de constituição simbólica do grupo dependem de um trabalho discursivo exigente (BOURDIEU, 2014), baseado em enquadramentos cognitivos sobre pontos mais gerais e sensíveis que envolvem, em primeiro lugar, a razão de existência do grupo, suas propostas, organização e modos de ação. A questão da definição do tipo de grupo, de sua “identidade”, é sem dúvida crucial e dela depende diretamente o potencial de recrutamento de militantes e de apoiadores.

Quadro 3: Lideranças militantes e protestos numa matéria da Folha de São Paulo

Dois estudantes que se dizem descrentes dos partidos políticos brasileiros, mas que acreditam na revolução juvenil, foram os protagonistas dos protestos que provocaram a suspensão do reajuste das tarifas de ônibus de Florianópolis (SC), na semana passada. (...), 22, e (...), 23, estavam à frente do movimento pelo passe livre estudantil na capital de Santa Catarina. A partir do reajuste de 15,6% aplicado às tarifas do transporte urbano no final de junho, conseguiram envolver também a população nos protestos contra o aumento. (...) As manifestações que tumultuaram o centro da cidade durante dez dias tiveram planejamento de Pomar, Oliveira e de outros cerca de 30 ativistas da JRI (Juventude Revolução Independente).

O grupo se declara trotskista-leninista – “camarada” é o tratamento usual entre eles pessoalmente e nos bate-papos na internet –, nega pertencer a um movimento nacional organizado e se diz líder de si mesmo. (...).

O discurso fluente na defesa das idéias confere a (...) um ar de ‘cérebro’ do grupo. É dele a proposta da “empresa da revolução” – ideia de auto-sustentação da JRI que virou nota em um dossiê produzido contra o movimento em Florianópolis. Inspirada em ensinamentos de sobrevivência financeira de Lênin, a “empresa” produz e vende camisetas, bonés e outros acessórios para manter o caixa. Não há fábrica, mas os produtos da “grife” estão à venda em sete lojas populares da cidade. (...)

Estudante de história na Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), (...) é o jovem de linha de frente do grupo. Tamaña exposição já lhe rendeu uma ameaça de morte registrada na Polícia Civil e um “interdito proibitório” da Justiça do Estado.

Fonte: Tortato (2004, n.p.)

²⁴ Jogral se refere a uma técnica muito utilizada pelo MPL em atividades com grande público. Trata-se de uma forma de fazer com que o conjunto de participantes possa ouvir o que a liderança do evento fala pela repetição do que foi dito, em sequência e em voz alta, aos indivíduos que se encontram mais afastados.

Todas essas competências se distribuem de forma desigual entre o conjunto de militantes estudados e variam de acordo com a geração e o período da militância. A legitimação das lideranças depende da combinação dessas habilidades – e da capacidade de atualizá-las – com elementos das biografias militantes. Como sabido, tempo de militância e tempo para a militância são fatores essenciais para o acúmulo de reconhecimento (SAWICKI, 2003), e inclusive a **duração** é o que define a ideia de **engajamento** (SAWICKI; SIMÉANT, 2011). Nesse sentido, não apenas a exibição de um “passado militante” por alguns indivíduos, mas também o investimento na “causa” – e na própria criação do grupo – e a permanência no movimento funcionam como provas de qualidade individual. Como será visto logo mais, tais elementos são recursos definitivos para uma primeira geração de militantes do MPL, dotados em boa parte de um tipo de capital militante específico. No entanto, não para as gerações seguintes, para as quais, inclusive, podem funcionar como elementos negativos.

Na esteira da JRI, pequeno grupo estável de jovens conhecidos entre si e com intensos vínculos afetivos, a criação do MPL dá continuidade a uma dinâmica de pequeno grupo centrado em poucas figuras cuja dedicação ao trabalho militante solidifica seus papéis. É assim, por exemplo, que em um primeiro momento as tarefas ordinárias de convocação e preparação das reuniões semanais, a condução dos encontros, a elaboração de sínteses e programação de eventos do grupo são assumidas em especial por Pedro. Sobre esse período, um de seus colegas de militância relembra: “Pedro vinha com tudo preparado, tudo organizado na cabeça”, “tinha a capacidade de ouvir a todos e sintetizar aquilo. Ele era um “fora de série, no futebol, seria um craque”.

Mesmo com a adesão de novos integrantes e a diversificação gradual de tarefas – como realização de oficinas, debates e palestras sobre o “movimento”, eventos como o Hora Feliz e reuniões públicas²⁵ –, o investimento individual de poucos militantes e conseqüente acúmulo de habilidades e de reconhecimento definem uma estrutura de funcionamento coletivo que é, sem dúvida, balizada por regras bastante claras, papéis e diferentes graus de autoridade sobre a “causa” e o “movimento”. O uso da palavra em público e a condução de grandes eventos, por exemplo, não estão à disposição de qualquer militante mais novato, mesmo que eventualmente não lhe falte voluntarismo.

²⁵ O trabalho de campo realizado por Gomes (2008) sobre o MPL de Florianópolis-SC descreve parte dessas atividades e traz elementos de interesse sobre as relações de amizade entre os militantes, formas de sociabilidade cotidiana, além de outros aspectos sobre a gestão cotidiana do grupo. Por um ângulo etnográfico sobre o MPL do Distrito Federal, ver os trabalhos de Saraiva (2010) e Saraiva (2017).

Quadro 4: Um “líder fora de série”, um “craque”

Eu fui um líder. Não estou te dizendo que eu estava à frente do movimento, mas eu fui um líder, com certeza. Eu fui um líder... eu acho que isso aconteceu de uma maneira... porque a militância implica legitimidade, fundamentalmente, né? Lideranças impostas não se mantêm. E isso aconteceu porque quando em 2000 a gente começou a falar em Campanha pelo Passe Livre a gente reuniu 20 pessoas, a gente fazia reuniões na Praça XV, a gente fazia manifestação com 50 pessoas e megafone. E isso vai te dando legitimidade, quer dizer, as pessoas que te achavam maluco começam a dizer “pô, isso tá dando certo”!

Então esses eventos históricos de uma certa maneira vão te constituindo como uma liderança, além de qualidades individuais que têm a ver com a minha trajetória específica. Eu já tinha uma trajetória de militância, meus pais são militantes, minha família é de militantes, então o linguajar, a forma como a gente se porta, essas coisas acabam influenciando de alguma maneira.

Agora, eu sempre evitei de me colocar de uma maneira à frente, eu acho que eu estava ao lado dos meus companheiros. E os meus companheiros me empurravam pra situações de liderança. Então, em momentos de tensão alguém precisava falar e eu falava, em momento de impasse alguém precisava de ajuda pra desatar um nó, eu desatava (Pedro, integrante do grupo fundador, neto e filho de militantes).

Fonte: depoimento ao autor.

São muitos os relatos reunidos para essa pesquisa que colocam em relevo o papel e a legitimidade das lideranças militantes sob diversos ângulos. Para o que interessa mais imediatamente aqui caberia destacar, por um lado, o peso do trabalho de certos militantes em momentos mais estratégicos ou dramáticos da atuação do grupo; e, por outro lado, a relação com o exercício desse papel frente às exigências do espaço político e militante.

O primeiro ponto pode ser sintetizado no protagonismo das lideranças estudadas em protestos e em grandes manifestações, momentos que costumam exigir performances que poucos militantes conseguem realizar com naturalidade e eficiência²⁶. Em 2013 pudemos observar diversas atividades do Não Pago em Aracaju-SE, incluindo uma reunião pública e diversas manifestações de grande porte, em que o comando das ações se concentrou nas três lideranças. A coordenação da reunião, com encaminhamentos do debate e votação, em um momento, e o comando da linha de frente das passeatas, com uso do megafone, em outros, são parte desses aspectos. Da mesma forma, grande quantidade de declarações à imprensa foram

²⁶ Uma abordagem pelo ângulo das metáforas dramáticas sugeridas pelas performances do Movimento Passe Livre e dos Comitês Populares da Copa em São Paulo nos protestos de 2013 é encontrada em Dobwor; Szako (2013). Sobre performance e repertórios de ação em protestos em torno do “transporte público” em Porto Alegre, consultar Silva (2016).

monopolizadas por aqueles indivíduos, um deles identificado como “coordenador de comunicação do grupo”.

Quadro 5: do partido ao MPL e de volta ao partido

Alberto nasceu em meados da década de 1980 no interior de Santa Catarina e se criou na Grande Florianópolis. Seu pai era advogado de um sindicato de servidores públicos e militante muito próximo de lideranças da corrente petista *O Trabalho*. Atribui a essa influência seu ingresso na JR em 2000, onde se torna próximo de outros jovens militantes com quem fundaria a JRI e o MPL. Alberto destaca as atividades semanais da JR e o intenso envolvimento com as “tarefas” e “missões” que recebiam, como produzir cartazes e panfletar em terminais e escolas, sugerindo grande satisfação. Considerado por si próprio (e por outros militantes) como “ortodoxo” e “disciplinado” naquela época, foi preso durante uma grande manifestação em 2005. Afirma ter se afastado do MPL em 2006 após divergir da “estratégia” defendida pela principal liderança, mas sem perder interesse na “questão do transporte”. Estagiou como advogado no sindicato em que o pai trabalhava, período em que se reaproxima do PT e passa a integrar uma “corrente marxista”. Funcionário público com cargo importante no interior do Estado, se diz afastado há alguns anos da militância.

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos.

O registro detalhado feito por um então militante do MPL de Florianópolis-SC – repetido com pequenas variações por outras testemunhas – por ocasião dos protestos de 2005 é rico em indicações sobre as condições de intervenção na presença de grande público e de disputa pelo acesso à palavra por diversos atores políticos. Os trechos abaixo sublinham em especial a complexidade das exigências colocadas ao papel de interlocutor ou de liderança reconhecida.

As descrições se referem a protestos contra o aumento da tarifa municipal de ônibus em meados de 2005. O contexto era de ausência das lideranças do MPL – em especial do principal líder, Pedro –, presos na véspera. O autor (com então cerca de trinta anos de idade) anota sobre os preparativos para um dia de manifestação, sua sensação de insegurança em assumir papel protagonista, e dá grande destaque à intervenção de um importante ex-militante da JRI, já então afastado do grupo, cujas habilidades como líder e orador são celebradas no relato.

Quadro 6: “habilidades militantes nas ruas”

À tarde estava eu, num sindicato, junto com outros companheiros do MPL, sindicalistas e militantes do PSTU e UJS; estávamos discutindo o que faríamos na grande manifestação de logo mais. A ideia era sairmos com algo em comum, combinado. Tipo, quem ficaria em cima do carro de som (que nem eu sabia exatamente quem estava pagando), algumas coisas que deveríamos falar e, principalmente, uma proposta comum para a manifestação. Ficou acertado que eu era um dos que deveria subir ao carro de som. Confesso que, apesar da idade, era tarefa inédita para mim. Para falar a verdade, não me sentia muito confortável no papel.

O espaço deixado pela prisão dos companheiros do MPL no primeiro dia foi ocupado principalmente por lideranças de grupos políticos como UJS, PSTU, entre outros. O espaço que me refiro é principalmente o espaço da fala, da articulação na rua. Os companheiros presos iriam se dedicar às articulações fora das ruas.

Os companheiros do MPL que não eram tão visados pela polícia não tinham também, na mesma proporção, tanto reconhecimento e respaldo em meio aos jovens que formavam o grosso dos manifestantes em frente ao TICEN, e também não tinham o hábito e a desenvoltura de se colocarem como lideranças organizadoras.

Fonte: Vinicius (2006, p.27 et seq.)

Quadro 7: “um militante habilidoso”

A ausência principalmente de (...) era nítida em momentos como esse. As figuras de entidades estudantis e organizações políticas que ocuparam o espaço da fala pareciam não ter a capacidade e muito menos o reconhecimento e respaldo para facilitar e viabilizar um processo de decisão coletiva. Foi quando (...), que rondava por ali naquele dia, tomou a palavra. Para quem não sabe, (...) foi por muito tempo, junto com (...), o principal articulador, ou liderança (se se preferir), da Campanha pelo Passe-Livre em Florianópolis, e membro da JRI. Eram tidos pela imprensa como as duas principais lideranças da revolta contra o aumento das tarifas em 2004. Ano passado, (...) foi preso e afastado das ruas no terceiro dia de manifestações. Mas o movimento ainda pôde contar com (...) nas ruas...

(...) naquela terça-feira ele foi a única pessoa capaz de conseguir fazer os manifestantes sentarem, ouvirem propostas, votarem as propostas e se guiarem em um rumo comum. Tudo na base do jogral. Além da sua habilidade em falar em público e expor de forma clara as ideias nessas situações, jogou a favor o fato de ele ter uma linguagem mais próxima dos manifestantes (grande maioria de jovens) e de ele não ser ligado a nenhum partido ou entidade. E esse foi sempre um importante diferencial do Passe-Livre nos últimos anos... ser apartidário, estar próximo aos jovens e longe dos esquemas e ranços da esquerda institucional e partidária. E (...), de alguma forma, ainda devia ser reconhecido pelo tempo que esteve no Passe-Livre. Sua presença ofuscou as figuras de partidos que até então se revezavam no microfone. Nitidamente os manifestantes davam mais respaldo ao Lucas do que aos outros que tomassem a palavra.

Fonte: Vinicius (2006, p.28-30)

Lideranças em xeque? Ambiguidades da militância

Tomada em perspectiva, é marcante e crescente no universo estudado a tônica na recusa à concentração individual de poder (de decisão ou de falar em nome do grupo) em benefício do “coletivo”, concepção que lastreia modelos de organizações como o MPL. A própria habilidade individual de negar ou eufemizar papéis de protagonismo (de forma consciente ou não), ocultando a satisfação gerada por esse reconhecimento – ao ser procurado pela imprensa ou para uma pesquisa acadêmica²⁷, por exemplo -, passa a ser requisito importante ao exercício legítimo do papel. Tudo indica que esse tipo de habilidade tenha se tornado recurso primordial às lideranças militantes mais recentes do MPL, com socializações militantes transcorridas em um contexto de maior afirmação dos princípios de organização política “autonomistas”.

A afirmação do MPL em Florianópolis-SC como grupo calcado em princípios “autonomistas”, visto de fato como “não subordinado a partidos”, gradativamente tendeu a captar interesse e apoio de indivíduos dispostos a engajamentos refratários aos moldes “tradicionais”, parte deles já familiarizados por noções afins ao “anarquismo”. Esse foi sobretudo o caso de indivíduos ligados ao Centro de Mídia Independente (CMI) e ao coletivo Bandeira Negra, mas também de estudantes secundaristas e universitários para quem os apelos “libertários” ofereciam condições para engajamentos mais atrativos.

Nesse sentido, estruturado em torno de militantes com passado partidário e afinados com concepções inspiradas por vertentes “marxistas”, o grupo inicial do MPL experimentou um processo de relativa transformação dos quadros de militantes ativos à medida que crescia o peso de novos indivíduos mais afeitos aos moldes “autonomistas” e essa perspectiva ganhava ela própria força dentro do espaço da participação política nacional. E de modo inverso, aumentava a insatisfação daqueles mais antigos, que passam a retrair em parte seu engajamento no MPL.

A geração de militantes do Passe Livre de Florianópolis-SC que seria identificada como posterior à do grupo gênese, ou “geração da Revolta” (SOUSA, 2014), grupo marcado por intensa socialização partidária organizada em torno de lideranças com forte capital militante e simbólico, reflete assim a intensificação de modos de relação juvenil com a política orientados por valores críticos à militância partidária e modalidades afins. Embora muitos deles indiquem experiências de ativismo estudantil e ligação com partidos, inclusive mantida durante a atuação no MPL, o contexto

²⁷ Foram significativas as recusas a nossos primeiros pedidos de entrevista e informações a militantes mais recentes no grupo em 2016, ano de relativa atividade do MPL, em contraste com a disposição dos ex-militantes da primeira geração. Em período de forte retração, os novos contatos realizados em 2020 e 2021 tiveram acolhida completamente distinta pelos mais jovens.

de suas socializações e a proximidade com outros grupos sugerem a incorporação de concepções de militância e de recursos militantes distintos dos da primeira geração.

A série de indicações coletadas em depoimentos, publicações e conversas com militantes e ex-militantes do MPL, além de observadores e simpatizantes mais antigos, sugerem de fato uma relativa clivagem entre as duas gerações em torno desses dois eixos. Essa clivagem ou diferença geracional é, ela própria, objeto de debates e interpretações e constitui tema sensível sobretudo para militantes mais antigos ou já afastados. Apesar das limitações deste trabalho e da carência de material de caráter mais etnográfico, uma linha de tensão que divide essas duas gerações pode ser traçada. Ela aparece com maior nitidez sobretudo em apreciações dos mais antigos sobre os mais jovens e poderia ser sintetizada na formulação – repetida por muitos indivíduos – de que os princípios de “autonomia, horizontalidade e apartidarismo do movimento se transformaram em dogmas” e que “apartidarismo virou antipartidarismo”.

Com alguns matizes, essa é uma visão recorrente entre militantes que integraram o MPL de Florianópolis-SC em seu primeiro momento, inclusive indivíduos de “origem anarquista” e distantes de organizações partidárias. Para eles, à diversidade da composição ideológica original do grupo, com predomínio de “marxistas”, “leninistas” e “trotskistas”, sucedeu-se gradativamente uma “hegemonia de correntes anarquistas”. Teria havido aí mudança central, lida por muitos como “fechamento do grupo em torno da defesa de seus princípios em detrimento da causa, um “proselitismo retórico”, nos termos de um dos fundadores do movimento. “Paranoia da questão da liderança”, “mantra” sobre os princípios do movimento e “assembleísmo” são ainda outras expressões usadas com frequência para descrever as características do MPL a partir do final dos anos 2000.

A relativa dificuldade na identificação inicial de militantes ativos com maior protagonismo no momento de início da pesquisa em 2016 mostrou-se um dado sugestivo. Se para falar dos fundadores e nomes conhecidos do MPL não havia dificuldades em apontá-los como “lideranças” ou “figuras importantes”, para tratar do presente a situação era outra. “Liderança”, “líder”, “principais nomes” e noções afins são palavras que soavam como tabus a entrevistados e a certos informantes mais jovens, gerando então explicações sobre o “funcionamento horizontal do MPL”, em que “todos são líderes”. O pedido de indicação de pessoas com alta participação no grupo – sobretudo a informantes e, depois a militantes entrevistados -, em combinação com a observação de alguns atos públicos permitiu, no entanto, que se captassem traços significativos sobre a dinâmica do movimento²⁸.

²⁸ Obviamente, a identificação de “lideranças” ou de sua ausência no MPL não é parte do interesse de trabalhos como este, mas sim como essas questões são percebidas e vocalizadas por agentes sociais de carne e osso que fazem o movimento existir no plano objetivo e no plano das representações.

Ainda que limitado, o exame das características militantes de parte do núcleo ativo do movimento em sua segunda fase sugere pontos interessantes quanto às lógicas de engajamento e de investimentos militantes. Em primeiro lugar, percebe-se manutenção de certa heterogeneidade nos itinerários individuais, combinando experiências em agremiações estudantis e múltiplas inserções militantes, sobretudo em coletivos e partidos, mas com nuances relevantes. A principal dessas nuances diz respeito ao peso dos vínculos partidários, ou do tipo de relação mantida com partidos. À diferença do grupo fundador do MPL, os indivíduos que afirmaram ter (ou tido) militância partidária apontam experiências mais distantes de padrões de engajamento intenso e disciplinado, nos moldes das juventudes partidárias de partidos como o (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

De quatro militantes com engajamentos intensos e atuação destacada entre 2010 e 2016, que compõem parte significativa do núcleo mais ativo no período, três eram filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e um integrava um coletivo anarquista. Os três militantes com vínculo partidário também haviam participado com intensidade de movimentos estudantis e de outros coletivos e, para dois deles, a militância no PSOL precedia o engajamento no MPL.

Quadro 8: as múltiplas militâncias de Marta

Nascida em 1989, com todo percurso escolar em rede pública, Marta diz que já militava no movimento estudantil do Instituto Federal na capital de um estado do Sudeste desde a adolescência, onde participava pontualmente da “pauta do transporte”. Conta que militou no Centro Acadêmico de Artes da Universidade Federal daquele estado, que “lutava pelo transporte, mas não no MPL” por ter uma linha política divergente. Se considera socialista e que o “MPL de lá tem uma orientação anarquista autonomista”. Começou a militar no MPL de Florianópolis em 2011, segundo ela, “na reestruturação do movimento na cidade”, e teve contato por meio de um colega também militante do MPL. Na UFSC, também militou no movimento estudantil, na “luta contra a redução da maioridade penal” e ainda no “movimento feminista” em Florianópolis. É militante de uma corrente do PSOL desde 2009. Marta diz que participa do Coletivo Contrataque, organização que afirma ter surgido de “uma rede pessoal de amigos”. Bastante ativa no MPL à época da entrevista (2016), com destaque em manifestações de rua, Marta trabalha no setor de comunicação de um sindicato ligado aos motoristas de ônibus.

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos.

O engajamento partidário desses jovens não aparece, portanto, como central em seus itinerários, mas como parte de um conjunto de comprometimentos militantes, parte deles assumidos de modo simultâneo. Sobressai, nesse aspecto, que suas experiências em partidos sejam concomitantes ou posteriores à participação no movimento estudantil e em organizações “autonomistas”, modalidade que parece

assumir relevância no universo estudado. Em síntese, tem-se um perfil crescente de indivíduos cujas experiências de socialização política e engajamento mesclam participações – com intensidade variada – em organizações mais diversificadas. Sem excluir de modo algum a militância em partidos de esquerda, esse perfil passa a incluir, com grande frequência, o envolvimento com grupos organizados nos moldes de coletivos, e integrar ou ter integrado algum coletivo aparece, de fato, como recurso a ser colocado em evidência pelos militantes mais ativos do MPL na última década.

Quadro 9: do Diretório Acadêmico ao MPL e a um partido

Mário nasceu numa capital da região sul em 1989, mudando-se para Santa Catarina ainda pequeno. Foi bolsista de uma escola particular no ensino médio e em 2007 entrou no curso de Educação Física da UFSC. De família “pouco ligada à política”, afirma que seu contato e maior interesse por política começaram a se desenvolver na faculdade, onde, por “influência da rede de amigos”, se aproximou das “discussões do DCE” e acabou por integrar uma chapa vencedora em 2009, mantendo atuação simultânea em um “coletivo” estudantil. Situa naquele período o contato com a “frente de luta pelo transporte” e com membros do MPL, por meio da militância estudantil. Muito comunicativo, Mário destaca que seu engajamento no DCE se dava sobretudo nas questões de “cultura” e de “permanência estudantil” e salienta seu protagonismo na organização de um grande evento cultural sediado na UFSC. Após aproximação e frequência de atividades, o engajamento mais ativo de Mário ocorre em 2012. Nos protestos de 2013 foi um dos militantes que mais “botava a cara”, tornando-se “conhecido”. Filiado ao PSOL desde 2017, devido ao trabalho de assessoria política em outro estado deixou Florianópolis e o MPL no ano seguinte.

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos

Os recursos militantes acumulados por esses indivíduos sugerem rol de habilidades, à primeira vista, muito próximo aos dos militantes da primeira geração: desinibição, oratória, domínio de vocabulário, do jogral, produção de material gráfico, uso de megafone etc. Mas somam-se a esses recursos competências mais específicas e ajustadas às exigências de um movimento “autonomista” quanto à distribuição de reconhecimento e de poder em seu interior. Isto é, habilidades que envolvem uma miríade de operações (sobretudo discursivas), principalmente internas e ligadas ao cotidiano de funcionamento do grupo – circulação de informações, discussões, reuniões, convocações etc. –, mas também externas, em relação com a mídia e outros atores políticos.

Como assinalado, o trabalho de gestão ordinária do movimento requer de seus militantes mais ativos contínua atenção às formas de exercer tarefas primordiais que implicam ação individual. Assumidas por indivíduos com maior investimento no

grupo, exigem modulações que desfavoreçam interpretações conflitantes sobretudo com o que seria a ausência de hierarquias e o exercício de papel de liderança²⁹.

Dessa forma, para retomar exemplo muito mencionado em relação ao caráter “deliberativo” do MPL, ao mesmo tempo em que certos indivíduos precisam organizar reuniões, anotar as pautas, passar a palavra, enfim, conduzir atividades que não são espontâneas – realizando um papel inevitável³⁰ –, não podem descuidar do modo como o fazem. Desde o controle do tom de voz, a ênfase e postura frente ao grupo até o risco de parecer orientar a direção do debate ou tentar monopolizar a palavra, um grau de vigilância e de autocontrole é requerido daqueles que exercem este tipo de papel, principalmente na presença de novos integrantes.

Quadro 10: “princípios e funcionamento do MPL em um e-mail oficial”

Um dos princípios do MPL é a horizontalidade, quer dizer que todos os militantes do movimento possuem o mesmo poder de decisão e o mesmo direito a voz. Isso é, todos participam, opinam e decidem sobre as ações e o futuro do movimento. A ideia não é de “ausência de líderes”, mas o contrário. Nossa ideia é justo que todos os militantes se apropriem do movimento e sejam todos líderes. Não há por isso qualquer cargo instituído e oficial, não há liderança institucionalizada e artificial. Um dos métodos que utilizamos para construir essa horizontalidade no movimento é a rotatividade das tarefas. Isso é, buscamos que todas as tarefas, das mais simples (como escrever uma ata) às mais complexas (como participar de mesas de debate institucionais), não sejam assumidas sempre pelas mesmas pessoas. Dessa forma, todos podem aprender diversas funções. Além disso, também tentamos, sempre que possível, fazer a tarefa em duplas, compostas por uma pessoa que está no movimento há muito tempo e outro que acabou de entrar. Por último, uma decisão tomada pelo coletivo é respeitada por todos, ainda que se respeitem as discordâncias.

Fonte: mensagem enviada ao autor.

Nesse sentido, as condições de exercício de tarefas de liderança como tal dependem do domínio de apetências e de competências para um trabalho de eufemização e de negação daquele papel. Esta negação se refere tanto a hierarquias não oficiais e institucionalizadas que se estruturam de modo não intencional – como apontava com agudeza a análise crítica de Jo Freeman em 1970 sobre o movimento feminista –, como aquelas conhecidas em partidos e muitas outras instituições como

²⁹ A análise das relações internas em uma cooperativa de “economia solidária” feita por Silva; Oliveira (2009) é muito sugestiva ao demonstrar tensões e conflitos entre uma identidade “igualitária” oficial e a dinâmica concreta de relações entre atores desiguais em termos de recursos relacionais.

³⁰ Entre outros aspectos, os trabalhos de Nez (2012) e Nez; Ganuza (2012) junto ao movimento *Indignados*, em Madri, mostram com detalhes a gênese e o funcionamento de dispositivos baseados no consenso e analisam as práticas de deliberação e sua rotinização à medida que a mobilização se institucionaliza. Para uma visão histórica da noção de “decisão consensual”, ver Urfalino (2007).

ONGs, sindicatos e cooperativas, quanto às gratificações pessoais que o protagonismo em atividades como as do MPL tendem a gerar.

Embora menos intenso dentro do pequeno núcleo de militantes permanentes e ativos, esse trabalho parece ser, contudo, constante e indispensável frente à constelação ampla de indivíduos que orbitam o movimento, participam de fóruns de discussão, opinam e tomam posições de forma pública sobre questões ligadas ao movimento e a concepções de “política” – fonte de “discussões” extensas³¹. A questão adquire sensibilidade ainda maior com respeito ao uso da palavra em nome do movimento, em especial frente às exigências dos meios de comunicação e de interação com outras instituições, como nos casos de negociação de políticas públicas ou de tarifas, por exemplo.

Considerações Finais

A autoimagem calcada em princípios como “democracia”, “independência frente a partidos” e “ausência de hierarquias” em que o Movimento Passe Livre de Florianópolis-SC tem procurado lastrear sua legitimidade ao longo de mais de 15 anos de existência é fruto de um trabalho coletivo em nada ausente de tensões e ambiguidades. Trabalho encarnado por dezenas de engajamentos individuais com variações e microvariações quanto às propriedades sociais, disposições e visões de mundo de seus militantes, sua tentativa de reconstituição é sempre tarefa parcial.

Acreditamos que a investigação de processos de engajamento individual e, sobretudo, de formas de aquisição e mobilização de diferentes competências políticas julgadas eficientes no espaço da militância em dado contexto seja entrada indispensável à elucidação de parte do fenômeno “autonomista” que tem atraído a atenção de acadêmicos no Brasil e no exterior. A opção pelo exame das habilidades e propriedades militantes valorizadas nessa configuração, sintetizadas na noção de capital militante, procurou escapar de algumas armadilhas frequentes encontradas por estudiosos/as do fenômeno. Sobretudo a adesão (irrefletida ou não) aos discursos nativos que dão sentido e força àqueles grupos, e o questionamento da “capacidade” ou “potencial” democrático” desses movimentos e organizações; isto é, se de fato representariam uma modalidade “interessante para o fortalecimento da democracia”.

Caberia retomar aqui nosso entendimento do Movimento Passe Livre como uma instituição política que se constitui em torno de regras, princípios de adesão e funcionamento que se objetivam em papéis assumidos por agentes

³¹ Uma visita a sites, blogues e ao Facebook do MPL permite uma ideia do teor e da intensidade dessas discussões. O acesso a algumas poucas mensagens e textos de circulação restrita ao grupo, circulada há alguns anos, reforça um espaço de divergências e, por vezes, elevada tensão, críticas e acusações. Pretendemos explorar essa dimensão em trabalho futuro.

sociais que nela investem com diferente intensidade. Entre as especificidades dessa instituição, porém, encontra-se justamente a recusa à **institucionalização** do grupo e à consequente definição oficial de cargos, postos e funções, enfim, a uma burocratização que chocaria de frente com os princípios de sua existência e legitimação. Como visto, é com base na exibição destes critérios e características, pelos quais se definem os movimentos autonomistas das últimas décadas, que eles têm conseguido intervir no espaço político com diferentes graus de eficácia, sem dúvida exercendo papel de relevo nas lutas pela definição das “boas formas de fazer política” em um contexto crescente de multiplicação de atores reivindicando participação (GOIRAND, 2013).

Enfrentada de modo bastante limitado nesta investigação a partir de um recorte empírico pequeno, a questão mais geral da recomposição do espaço político brasileiro – em especial do polo associativo –, da emergência ou (re)composição de atores individuais e coletivos e, por consequência, das concepções de política, do vocabulário e repertórios de ação, requer evidentemente um conjunto amplo de pesquisas. A partir daí poderíamos então encaminhar respostas mais bem fundamentadas a questionamentos candentes sobre a “crise dos partidos”, o “declínio do sindicalismo”, a “descrença na política e nos políticos”, a “autonomia dos novos grupos apartidários”, o “fim da militância partidária”, entre outros.

A CHANGING MILITANT CAPITAL? TENSIONS AND AMBIGUITY WITHIN THE MOVIMENTO PASSE LIVRE (FREE PASS MOVEMENT)

ABSTRACT: *This article discusses a possible process of recomposition of the Brazilian space of militancy considering some changes in the way political militancy is conceived by a part of the actors in dispute - the “autonomist” groups. Based on the analysis of the itineraries of different generations of militants of the Movimento Passe Livre (Free Pass movement) in the city of Florianópolis, SC, Brazil, “youth activism” is analyzed regarding the conditions of legitimizing this type of organization in the political space. The results point out: i) the weight of political competences previously accumulated by the oldest activists in the party sphere; ii) tensions between the objective conditions for the formation of leaders and internal hierarchies, and the principles of existence and legitimation of movements verbalized by the agents.*

KEYWORDS: *Militancy. Commitment. Movimento Passe Livre. Youth activism.*

¿UN CAPITAL MILITANTE EN TRANSFORMACIÓN? TENSIONES Y AMBIGÜIDADES EN LA MILITANCIA DEL MOVIMIENTO PASSE LIVRE

RESUMEN: *El artículo discute un posible proceso de recomposición del espacio militante brasileño a partir de las transformaciones en las formas de concebir la militancia política por parte de algunos de los actores en disputa - los grupos “autonomistas”. A partir del análisis de los itinerarios de diferentes generaciones de militantes del Movimento Passe Livre en Florianópolis, buscamos reflexionar sobre el “activismo juvenil” a partir de las condiciones de legitimación de este tipo de organización en el espacio político. Los indicios sugieren: i) el peso de las competencias políticas acumuladas previamente por los militantes más antiguos en la esfera del partido, de las que precisamente buscan y necesitan distanciarse en el plano discursivo; ii) las tensiones entre las condiciones objetivas de formación del liderazgo y las jerarquías internas y los principios de existencia y legitimación de los movimientos verbalizados por los agentes.*

PALABRAS CLAVE: *Militancia. Engagement. Movimento Passe Livre. Activismo juvenil.*

REFERÊNCIAS

AGRIKOLIANSKY, E.; SOMMIER, I. ; FILLIEULE, O. (dir.). **Penser les mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 2010.

AGRIKOLIANSKY, E; FILLIEULE, O.; MAYER, N. La dynamique altermondialiste en France. **Alternatives Économiques**, n. 25, 2005, p.82-90.

ALONSO, A. “A política das ruas? Protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p.49-58, 2017.

ALONSO, A.; MISCHÉ, A. **Changing repertoires and partisan ambivalence in the New Brazilian protests**. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p.144-159, 2017.

ANJOS, G. dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, v. 31, 2008, p.509-534.

AUGUSTO, A.; ROSA, P. O.; RESENDE, P. E. da R. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos. **Revista Estudos de Sociologia**, v. 21, n. 40, p.21-37, 2016.

- BOURDIEU, P. **langage et pouvoir symbolique**. Paris: Points, 2014.
- BRINGEL, B. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. *In*: BRINGEL, B.; PLEYERS, G. (eds.). **Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Rio de Janeiro: Faperj, p.29-36, 2017.
- BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. **Global Modernity and Social Contestation**. London/ New Delhi: Sage, 2015.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, vol. 259, p.4-17, 2015.
- CEFAÏ, D. Os novos movimentos de protesto em França: a articulação de novas arenas públicas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, 2005, p.129-160.
- CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CORADINI, O. L. Cargos e Funções Públicas e Candidaturas Eleitorais. **Sociedade e Estado**, v. 27, p.689-708, 2012.
- CORADINI, O. L. Os participantes e promotores do Fórum Social Mundial e as bases do militantismo. **Antropolítica**, v. 26, p.219-243, 2009.
- CORADINI, O. L. Engajamento associativo- sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2007. p.195-217.
- CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2001.
- DAY, Richard. **Gramsci is dead**: anarchist currents in the newest social movements. London: Pluto Press, 2005.
- DELLA PORTA, D.; TARROW, S. Transnational processes and social activism: an introduction. *In*: DELLA PORTA, D.; TARROW, S. **Transnational protest and global activism**. New York: Rowman & Littlefield, 2005.
- DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 97, p.43-55, 2013.
- ÉTHUIN, N. **À l'école du parti**. L'éducation et la formation des militants et des cadres du PCF (1970-2003). Tese (Doutorado em Ciência Política), Université Lille 2, 2003.
- FILLIEULE, O. Carrière militante. *In*. FILLIEULE, O.; MATHIEU, L.; PÉCHU, C (org.). **Dictionnaire des mouvements sociaux**, Presses de sciences-po., Paris, 2009, p.85-94.
- FILLIEULE, O. Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions. *In*: FILLIEULE, O. (org.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005, p.17-48.

FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: Post Scriptum. **Revue Française de Science Politique**, vol. 51, n° 1-2, 2001. p.199-215.

FILLIEULE, O.; MAYER, N. Devenirs militants: introduction. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, p.19-25, 2001/1.

FILLIEULE, O.; PUDAL, B. Sociologie du militantisme: problématisation et déplacement des méthodes d'enquête. In: AGRIKOLIANSKY, E.; SOMMIER, I. ; FILLIEULE, O. (dir.). **Penser les mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 2010.

FREEMAN, J. The tyranny of structurelessness. **Jo Freeman.com**. Mississippi in May 1970. Disponível em: <https://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GAGLIETTI, M. **PT: ambivalências de uma militância**. Porto Alegre: Da Casa; Palmarinca, 2003.

GAXIE, D. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Revue Suisse de Science Politique**, 11 (1), p.157-188, 2005.

GLASIUS, M; PLEYERS, G. La résonance des mouvements des places: connexions, émotions valeurs. **Socio: Revue de Sciences Sociales** vol. 1 n° 2, 2013, p.59-80.

GOIRAND, C. **Le Parti des Travailleurs au Brésil: des luttes sociales aux épreuves du pouvoir**. Paris: Khartala, 2019.

GOIRAND, C. Participation institutionnalisée et action collective contestataire. **Revue Internationale de Politique Comparée**, v. 20, n. 4, p.7-28, 2013.

GOIRAND, C. Penser les mouvements sociaux d'Amérique Latine. Les approches des mobilisations depuis les années 1970. **Revue Française de Science Politique**, vol. 60, n° 3, p.445-466, 2010.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, vol. 22, n. 44, p.323-354, 2009.

GOHN, M. da G. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. (org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, M. de A. **Passe livre já: participação política e constituição do sujeito**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

LAGROYE, J. Os processos de politização. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 73, 2017.

LAGROYE, J; OFFERLÉ, M. **Sociologie de l'institution**. Paris: Belin, 2010.

LIBERATO, L. V. M. **Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. Tese de Doutorado (Sociologia Política), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MCADAM, D. The biographical consequences of activism. **American Sociological Review**, Vol. 54, No. 5, p.744-760, Oct., 1989.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. O capital militante: tentativa de definição. **Plural (USP)**, n. 13, 2006. p.127-134.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p.134-150, 1997.

NEZ, H. Délibérer au sein d'un mouvement social: ethnographie des assemblées des Indignés à Madrid. **Participations**, n. 4, 2012/, p.79-102.

NEZ, H.; GANUZA, E. Among militants and deliberative laboratories: the *indignados*. In: TEJERINA, B.; PERUGORRÍA, I. (dir.). **From Social to Political: New Forms of Mobilization and Democratization**. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2012, p.119-134.

OLIVEIRA, W. J. F. de. “A arte de resistir às palavras”: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. (org.). **As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.141-178.

OLIVEIRA, W. J. F. de. **“Paixão pela natureza”, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

OLIVEIRA, W. J. F. de; SANTOS, A. S. Eventos de protesto, repertórios organizacionais e dinâmicas de construção do transporte público e gratuito como uma causa pública. **Revista Dilemas**, v. 10, 2017, p.599-620.

PAGIS, J. The biographical consequences of activism in May 1968. **Sociétés Contemporaines**, v. 84, issue 4, 2011, p.25-51.

PALUDO, J. R. **Participação de alta intensidade e militantismo dos filiados de base do PT no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia em Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

PASSY, F. Interactions sociales et imbrications des sphères de vie. In: FILLIEULE, O (dir.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005, p.111-130.

PÉCHU, C. Les générations militantes à droit au logement. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, 2001, p.73-103.

PEREZ, Olívia C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p.577-596, 2019.

PEREZ, O.; SOUZA, B. M. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa**, v. 46, e217820, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022020000100671&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 mar. 2021.

PERRINEAU, P. Les nouveaux de l'action politique. **Vingtième Siècle**, n. 60, 1998, p.112-117.

PERRINEAU, P. (org.). **L'engagement politique: déclin ou mutation?** Paris: Presses de Science Po, 1994.

PUDAL, B. La vocation communiste et ses récits. In: LAGROYE, J. (org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003, p.147-162.

PUDAL, B. Los enfoques teóricos y metodológicos de la militancia. **Revista de Sociología**, n. 25, 2011, p.17-35.

PUDAL, B. **Prendre parti**. Pour une sociologie historique du PCF. Paris: Presses de la FNSP, 1989.

REVOLTA DO BUZU. Documentário. Direção: Carlos Pronzato. Salvador-BA, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ROCCA RIVAROLA, M. D. Political training in four generations of activists in Argentina and Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 2, 2021, p.1-33.

ROCCA RIVAROLA, M. D. Saudade do partido: referencias nostálgicas entre militantes de las bases de sustentación de los gobiernos argentinos y brasileiros (2003-2015). **Revista de Sociologia e Política**, vol. 25, n. 62, 2017, p.37- 61.

ROCCA RIVAROLA, M. D. Vínculos y formas de la militancia oficialista: un modo de adaptación a las condiciones de fluctuación política en Argentina y Brasil. **Papeles de Trabajo: Revista Electrónica del IDAES-UNSAM**, vol. 9, n. 15, 2015, p.170-198.

SARAIVA, A. C. **Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2010.

SARAIVA, L. **Não leve flores: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2017.

SAWICKI, F. Les temps de l'engagement: à propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. *In: LAGROYE, J. (dir.). La politisation*. Paris: Belin, 2003, p.123-146.

SAWICKI, F. **Les réseaux du Parti Socialiste**: sociologie d'un milieu partisan. Paris: Belin, 1997.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, 13, n. 28, 2011, p.200-255.

SEIDL, E. Espaços de politização e processos de engajamento em Sergipe. **TOMO**, p.211-242, 2018a.

SEIDL, E. Trajetórias, coletivos e outras formas de ativismo político. Paper apresentado no **Seminário Internacional Participação Política**: modalidades e perspectivas, trajetórias, coletivos e outras formas de ativismo político, ISCTE, Lisboa, setembro de 2018b.

SEIDL, E. Elites e instituições: pistas para investigação. *In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. (org.). Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, 2016, p.97-125.

SEIDL, E. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política & Sociedade**, v. 13, p.63-78, 2014.

SEIDL, E. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pro-Posições**, 20, p.21-39, 2009.

SILVA, C. F. da. **Inovação nos repertórios de contestação**: o confronto em torno do transporte público em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

SILVA, M. K De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, p.2-9, 2010.

SILVA; M. K; OLIVEIRA, G. de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, 13, n. 28, p.86-124, 2011.

SILVA; M. K.; OLIVEIRA, G. de L. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. **Katálysis**, Florianópolis, v.12, n.1, jun. 2009.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. de O. Levante juventude, juventude é pra lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, p.23-48, 2010.

*Um capital militante em transformação?
Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre*

SIMÉANT, J. Un humanitaire «apolitique»? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003, p.163-198.

SOUSA, J. T. P. **A experiência contemporânea da política entre jovens no sul do Brasil**. Relatório de pesquisa. UFSC, Florianópolis, 2014, mimeo, 217 p.

SZWAKO, J.; DOWBOR, MONIKA; ARAUJO, R. A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000-2017): Tendências & inovações. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 92, p.1-22, 2020.

TARROW, S. (org.). **The New Transnational Activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, 2019.

TORTATO, M. Protestos são parte de “revolução juvenil”. **Folha de São Paulo**. 13 de julho de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1307200405.htm>. Acesso em: 28 mar. 2021.

URFALINO P. La décision par consensus apparent: nature et propriétés. **Revue Européenne des Sciences Sociales**, XLV (136), p.47-70, 2007.

VINICIUS, L. **A guerra a tarifa: uma visão de dentro do Movimento Passe-Livre em Floripa**. Faisca Publicações Libertárias: Florianópolis, 2006.

VOMMARO, P. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos**. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2015.

WILLEMEZ, L. Apprendre en militant: contribution à une économie symbolique de l'engagement. In: VENDRAMIN, P. (dir.). **L'engagement militant**. Louvain-la-Neuve, Presses universitaires de Louvain, 2013, p.51-65.

Recebido em 19/03/2021.

Aprovado em 04/05/2021.